



CORDEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 1510 DE 10 DE FEVEREIRO DE 1989.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E CUMPRIMENTO NO ÂMBITO MUNICIPAL, DO DECRETO LEI Nº 2.339, DE 26 DE JUNHO DE 1987.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar convênio com a Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Artigo 2º - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito, o órgão local de Proteção ao Consumidor, denominado "PROCON-CORDEIRÓPOLIS".

Artigo 3º - As despesas decorrentes com execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 10 de fevereiro de 1989.


ODAIR PERUCHI

-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 10 de fevereiro de 1989.


NELSON MORAES ROSSI

-Diretor Administrativo-



SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

14

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO
DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DE DE-
FESA DO CONSUMIDOR E O MUNICÍPIO DE

COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO DE PROGRA-
MA DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E CUMPRI-
MENTO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DO DECRETO
LEI Nº 2.339, DE 26 DE JUNHO DE 1.987.

Pelo presente instrumento o Estado de
São Paulo, por sua Secretaria de Defesa do Consumidor, com sede na Capi-
tal, à rua Líbero Badaró, nº 119, neste ato representada por seu titu-
lar Doutor Paulo Salvador Frontini, devidamente autorizado pelo Governa-
dor, nos termos do Decreto nº 27.156, de 03 de julho de 1.987, a seguir
denominada simplesmente SECRETARIA, e o Município de
representado pelo Prefeito Municipal

, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº
, de de de 1.987, adiante chamado
apenas MUNICÍPIO, celebram o presente convênio, que se regerá pelas
cláusulas e condições seguintes:

OBJETO

Cláusula Primeira - O presente convênio
tem por objeto:

I - o estabelecimento de cooperação
técnica entre a Secretaria de Defesa do Consumidor e o Município, visan-
do a prestação de serviços de proteção ao consumidor, atendendo aos ob-
jetivos enunciados no artigo 3º da Lei Estadual nº 1.903, de 20 de de-
zembro de 1.978;

II - o cumprimento em âmbito municipal
do Decreto-Lei nº 2.339, de 26 de junho de 1.987, na forma prevista no
Decreto nº 27.135 de 30 de junho de 1.987.

Parágrafo Único - o órgão de Proteção
ao Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "PROCON", seguida do no-
me do Município.



SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - A Secretaria compromete-se a prestar ao Município assistência material e técnica consistente em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção ao consumidor:

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficiente, de material educativo para esclarecimento e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização do atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessários ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de pessoal indicado pelo Município mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de Proteção ao Consumidor;

II - quanto ao cumprimento do Decreto-Lei nº 2.339 de 26 de junho de 1.987:

a) fornecer material impresso necessário para o exercício da fiscalização de preços ao Município;

b) fornecer credenciais de fiscalização àqueles funcionários municipais considerados aptos pela Secretaria após o treinamento;

c) treinar pessoal indicado pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização de preços;

d) manter informado o órgão local da Legislação pertinente em vigor;

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento de multa.



SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - O Município com
promete-se a:

I - quanto à prestação de serviços
de proteção ao consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção ao Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar o pessoal destinado a treinamento no PROCON-SP;

c) encaminhar à Secretaria até o dia 10 de cada mês, relatório de serviços prestados pelo órgão local de Proteção ao Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria;

d) dar ciência à Secretaria, por intermédio do PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras Entidades voltadas para a Defesa do Consumidor;

II - quanto ao cumprimento do Decreto-Lei nº 2.339, de 26 de junho de 1.987.

a) criar e manter corpo de fiscalização local, subordinado ao órgão de Proteção ao Consumidor Municipal com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à Secretaria as vias dos autos de infração para fins de processamento;

c) selecionar pessoal destinado a treinamento na Secretaria;

d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria, relatando os eventuais problemas de abastecimento surgidos no Município, a quantidade de autuações feitas e trabalhos realizados em conjunto com outras Entidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta - Será repassada pelo Estado à Prefeitura 50% do montante arrecadado pelas multas aplicadas no Município.

§ 1º - Do repasse de verba feito ao Município, no mínimo 10% deverão obrigatoriamente, ser aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços de Proteção ao Consumidor local.



SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

§ 2º - Para a eficiência da ação ordena da entre a Secretaria e o Município, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à Primeira Conveniente.

Cláusula Quinta - O presente convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, automaticamente e sucessivamente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos Partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou ainda, altera do de comum acordo mediante a lavratura de Termo Aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação Governamental, de con formidade com o artigo 34, inciso XVI, da Constituição Estadual.

São Paulo, de de 1.98 .

PREFEITO MUNICIPAL

PAULO SALVADOR FRONTINI

Secretário de Defesa do Consumidor